

Estrutura emperra Mandados de Prisão

Norberto só terá um cargo burocrático

Apesar de ter reconquistado o cargo mediante mandado de segurança, o delegado Norberto Soares, afastado no dia 7 de novembro dos quadros da polícia por acusação de envolvimento em diversas irregularidades, não irá ocupar nenhuma vaga de delegado, conforme afirmou recentemente. O diretor da Polícia Civil, Eurípedes Barbosa, informou ontem que assim que Norberto Soares retornar da licença-prêmio que está gozando, terá somente uma função burocrática qualquer. "Delegado é um cargo de confiança. Uma pessoa envolvida em tantas irregularidades não pode, de maneira alguma, assumir um cargo destes".

As acusações contra Norberto Soares estão sendo investigadas pela Corregedoria de Polícia Civil, onde responde por três inquéritos. Entre eles, agressão a um preso na 2ª DP (Asa Norte), envolvimento com ladrões de automóveis e um plano que teria arquitetado para forjar uma situação onde comprometeria agentes da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes (DTE). A liminar que autorizou o retorno do delegado afastado dos quadros da polícia só será válida até que a Justiça julgue seu mérito. Caso chegue à conclusão de que não há irregularidades no processo discipli-

ISAAC AMORIM



Eurípedes: o cargo é de confiança

nar que o demitiu, a liminar será suspensa e Norberto Soares poderá ser novamente afastado.

Além destes processos, está sendo investigado o envolvimento do delegado em uma reunião realizada na casa de seu pai, que serviria para planejar a descaracterização das provas que a Justiça colheu para prender o traficante de drogas Honofre José Mendes Moreira, o "Diabo Loiro".

Difamação — Norberto Soares afirma que foi vítima de campanha difamatória desencadeada em abril deste ano por alguns delegados comandados pelo diretor de Polícia Civil Eurípedes Barbosa. Norberto alega que a perseguição contra ele se deu porque foi contra o empossamento de alguns delegados em cargos

LUIZ TAJES



Cargo burocrático espera o delegado

especiais reservados a delegados especiais, contrariando a inversão das hierarquias, e acrescenta que essa perseguição é tão escancarada que a Corregedoria de Polícia Civil designou o delegado Francisco Feitosa para presidir os inquéritos que, segundo ele, é seu inimigo declarado.

Por mais que Norberto Soares se esforce para provar sua inocência, as suspeitas de seu envolvimento com irregularidades são fortes. Não é de hoje que as desconfianças começaram a ganhar corpo. Em, maio de 1984, a partir da morte do ladrão de automóveis Fábio Mendes, o "Fabinho", a polícia chegou aos nomes de Divino José de Matos, o "Divino 45" e José Calazans, homens que faziam parte do grupo de Norberto Soares.

Netto Costa

Atualmente existem no Distrito Federal cerca de quatro mil mandados de prisão não-cumpridos pelo poder policial: "Isso provoca uma sensação de impunidade nas pessoas", afirma o juiz da Vara de Execuções Criminais Ariel Rey Ortiz Olstan. As causas para o não-cumprimento dos mandados judiciais são várias, vão desde a falta de entrosamento entre as autoridades policiais e judiciárias à desorganização generalizada, passando pelo número insuficiente de agentes de polícia encarregados de capturar os criminosos e número restrito de vagas nos estabelecimentos penais.

Diariamente a Vara de Execuções Criminais expede, em média, 200 mandados de prisão. Estes documentos são encaminhados à Delegacia de Vigilância e Captura (DVC), na Coordenação de Polícia Especializada (CPE), onde apenas seis agentes policiais estão encarregados de cumprir os mandados.

Decorridos seis meses da expedição do mandado, a Vara de Execuções Criminais reitera o pedido do cumprimento da decisão judicial e, invariavelmente, a resposta da polícia é a mesma: após realização de diversas diligências não foi possível localizar o criminoso.

Criminalidade — Com tantos réus foragidos dispara o índice de criminalidade. "O indivíduo condenado por furto ou roubo, por exemplo, tem uma predisposição para repetir o crime por várias vezes", avalia o juiz Getúlio Pinheiro Souza, titular da Vara do Tribunal de Juri de Brasília. "Os criminosos experientes não estão presos, eles atuam de forma itinerante: de cidade em cidade", diz o juiz Ariel Olstan. Como a comunicação entre os Tribunais de Justiça dos estados é inoperante, um criminoso com diversas condenações em Curitiba, por exemplo, pode ser tido como réu primário em Brasília.

"Os agentes financeiros resolveram

esse tipo de problema definitivamente com um serviço simples e que funciona no Brasil inteiro: o Serviço de Proteção do Crédito (SPC)", sugere Ariel Olstan. Para ele outra alternativa seria a privatização dos estabelecimentos penais "a exemplo do que já ocorre nos países desenvolvidos: "O custo de cada preso, para o Estado, cairia em 50 por cento, e a mão-de-obra dos presos poderia ser muito bem aproveitada por indústrias, revertendo o trabalho em benefício de toda a sociedade, inclusive dos próprios presos", diz Ariel.

Dentro da legislação atual resta ao Ministério da Justiça injetar recursos na modernização do sistema judiciário em todo o Brasil. Na era do computador é flagrante a desorganização desse poder vital para a sociedade.

Prescrição — Do mês de julho até ontem 300 penas foram extintas, pela prescrição da pretensão punitiva ou pela prescrição da pretensão executória. O Código Penal Brasileiro regulamenta estes casos que, na prática, significam o seguinte: se o criminoso não for preso pela polícia, após determinado tempo, ele estará livre e desimpedido, e o Ministério Público não terá mais como fazê-lo cumprir a pena a que anteriormente fora condenado.

Por outro lado, se todos os mandados de prisão expedidos pela Vara de Execuções Criminais fossem cumpridos imediatamente, a Secretaria de Segurança Pública simplesmente não teria como encarcerar esse pessoal. O Centro de Internamento e Reeducação, a Papuda, dispõe de apenas 650 vagas e o Núcleo de Custódia tem capacidade máxima para 350 detentos. "mesmo com a ampliação em mais 300 vagas, já em andamento, não é o suficiente para atender a grande demanda. Até mesmo as celas da Coordenação de Polícia Especializada e das delegacias circunscricionais estão superlotadas, inclusive com presos já condenados.